

Os partidos políticos liberais na «primeira fase do rotativismo parlamentar» (1851-1865)

Uma transformação estrutural em determinada sociedade faz-se sentir nos mais diversos aspectos da vida do todo que ela constitui; assim, tanto sofrem profunda modificação as suas características demográficas como as mentais e culturais, e tanto se alteram as suas coordenadas económico-sociais como os seus quadros políticos. Isto mesmo verificamos na passagem duma sociedade predominantemente agrícola e industrial mecanizada, como acontece na Europa a partir da segunda metade do séc. XVIII (com prioridade cronológica para a Inglaterra), ao iniciar-se um processo transformador que leva à instauração duma nova estrutura histórica, o capitalismo.

Portanto, como estrutura (no sentido braudeliano da palavra), o capitalismo tanto diz respeito ao modo de produção como ao tipo de mentalidade, às relações de classe como à orgânica política. Esta última tende a alicerçar-se sobre a existência de grandes núcleos partidários, organizados a nível nacional e correspondendo a amplas correntes de opinião; em países como a Inglaterra ou a Bélgica, o liberalismo político funciona, desde a primeira metade do séc. XIX, como uma alternância no poder dos dois grandes partidos constituídos, um algo mais conservador, o outro também burguês mas um tanto mais democrático.

Em Portugal vai-se também, após o movimento da Regeneração (Abril-Maio de 1851), tentar pôr em prática o rotativismo parlamentar que, no entanto, como já notou José Tengarrinha, «só consegue manter-se por afeiçoar às suas necessidades o sistema eleitoral e dominar as Câmaras Legislativas» mediante frequentes dissoluções da Câmara dos Deputados e a nomeação de fornadas de Pares, ou seja, «à custa da subversão dos próprios princípios constitucionais» (cf. artigo intitulado «Rotativismo», no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. III).

Isso mesmo verificamos ao analisar, nas suas linhas gerais, a evolução dos partidos políticos liberais nos primeiros quinze anos da segunda metade do séc. XIX e a sua relação com o poder executivo.

Nos anos que antecedem o movimento da Regeneração, as forças constitucionalistas, no nosso País, estavam divididas em dois blocos: o Partido Cartista, sob a chefia dos Cabrais, que agrupavam o grosso da oligarquia dominante (grandes proprietários rurais, grandes comerciantes, banqueiros e financeiros), ao qual se opunha o Partido Progressista, surgido em 1842 como coligação de setembristas e cartistas adversos a Costa Cabral.

Tem-se afirmado repetidas vezes que o triunfo da revolta da Regeneração, chefiada por Saldanha, provocou uma remodelação daquelas forças políticas no sentido de darem lugar a dois novos agrupamentos, o Partido Regenerador e o Partido Histórico, aquele mais conservador, formado sobretudo por antigos cartistas aos quais se teriam juntado alguns setembristas mais moderados, este mais avançado, reunindo o grosso dos membros do antigo Partido Progressista. Ora isto não é, de forma alguma, exacto. O que realmente se verificou foi, após um período inicial de apoio à Regeneração, a cisão — provocada pela dissolução da Câmara dos Deputados, em Julho de 1852 — do Partido Progressista em dois grupos desde então distintos, que pretendem ambos ser a continuação do dito Partido e que, de facto, engrossados no decorrer dos anos seguintes com numerosos trânsfugas do Partido Cartista, irão originar o Partido (Progressista) Regenerador e o Partido (Progressista) Histórico.

O antigo Partido Progressista não tinha uma ideologia bem definida; afirmava apenas os dogmas da liberdade e do progresso, defendendo intransigentemente as liberdades políticas e a necessidade da realização de reformas que fizessem enveredar o País pelo caminho do progresso «material e moral», ou seja, económico, social e cultural. Daí que lhe surgisse como lógico o apoio ao ministério da Regeneração que, apesar de dominado por figuras de passado cartista — Saldanha, Fontes Pereira de Melo, Rodrigo da Fonseca — era razoavelmente liberal, atendendo à conjuntura europeia de então, e estava realmente empenhado numa política reformista (que, no plano constitucional, produz o Acto Adicional de 1852, o qual satisfaz a maioria progressista da Câmara dos Deputados). E, de facto, nos primeiros anos que se seguem ao movimento da Regeneração, a maioria dos progressistas mantém o seu apoio ao Ministério, incluindo figuras como a do seu chefe tradicional, o então marquês de Loulé (apesar de demitido do governo, no qual inicialmente tomara parte), e a de Sá de Bandeira. A cisão que leva uma parte dos progressistas a tornarem-se oposição, ainda em 1852, diz respeito a uma fracção que a si própria se intitula, pelo menos algumas vezes, «Partido Progressista Dissidente» — nos seus jornais de maior importância, que eram *O Português*, em Lisboa, e *O Eco Popular*, no Porto.

Ao tornar-se oposicionista, esta facção progressista vai aliar-se, no parlamento e na imprensa, com o Partido Cartista (chefeado pelo duque da Terceira e no qual têm papel de relevo o marquês de Fronteira e os Cabrais). Este Partido não desaparece após a Regeneração, ao contrário do que se tem afirmado. Persiste como entidade política autónoma pelo menos até 1860, fazendo oposição sistemática ao Ministério da Regeneração enquanto este dura, no que é secundado pelos progressistas dissidentes ou históricos, com os quais entra, logo desde 1852, em coligações eleitorais reforçadas, por vezes, pelos próprios miguelistas.

Devemos, pois, concluir que, ao nível das formações políticas liberais, os efeitos da Regeneração consistiram fundamentalmente na cisão do Partido Progressista: uma parte deste manteve o seu apoio ao ministério, foi-se fundindo com a facção cartista adepta de Saldanha, Fontes e Rodrigo da Fonseca, vindo a originar o Partido (Progressista) Regenerador; outra parte, dissidente desde o Outono de 1852, aliou-se tacticamente aos «cartistas puros» (que se tinham oposto ao Acto Adicional) e foi engrossando gradualmente com numerosos trânsfugas deste sector, originando assim o Partido (Progressista) Histórico. Nos anos em que está no poder

o ministério da Regeneração (1851-56), há uma aliança permanente entre progressistas dissidentes e Partido Cartista — embora a partir de 1854 tenha havido uma tentativa de reunificação dos dois grupos progressistas, que só abortou em 56.

Caído aquele ministério por falta de apoio na Câmara dos Pares (e não na dos Deputados, note-se), não assistimos à substituição no poder dos regenerados pelos históricos, como tanto se tem afirmado, mas sim à conquista daquele, ao menos aparentemente, pelos progressistas. De facto, o novo chefe do governo é o marquês de Loulé, líder tradicional do Partido Progressista, no qual estavam filiados todos os novos ministros, alguns dos quais sempre tinham apoiado o ministério anterior, à semelhança do seu próprio presidente. E, assim, os progressistas que tinham sustentado o ministério da Regeneração mantêm o seu apoio ao novo governo que, aliás, faz seu o programa liberal e reformista do antecessor.

Os começos deste novo ministério tornam-se ainda mais auspiciosos pelo facto de o Partido Cartista, pela voz do seu mais categorizado periódico lisboeta, o *Imprensa e Lei*, se ter declarado em «benevolência expectante» para com ele. A orientação do novo governo de se querer situar acima dos partidos e rejeitar uma identificação com os progressistas dissidentes ou históricos fica bem patente no seu comportamento quando das eleições gerais de deputados, em Novembro de 1856: em Lisboa, face às listas regeneradoras, históricas, cartistas e miguelistas, o ministério apresenta listas próprias, formadas por candidatos que figuram nas três primeiras; pelo País fora, promove também, através das autoridades administrativas, listas pluripartidárias, que conciliam históricos com regeneradores e ainda também cartistas (todos eles proprietários rurais, dum modo geral). A actuação do governo irá dando razão à «benevolência expectante» com que o Partido Cartista o tinha acolhido: de facto, depois de numerosas nomeações de «cartistas ordeiros» para lugares do alto funcionalismo, a remodelação ministerial de Março de 1857 dará a pasta da Fazenda a António José de Ávila (a figura mais destacada da direita da Câmara dos Deputados) e a das Obras Públicas a outro cartista (Carlos Bento da Silva). O governo ia, assim, consolidando as suas bases de apoio e os históricos, continuando a assimilar antigos cartistas.

Esta viragem à direita não impede, no entanto, que surja um projecto de coligação entre os dois grupos progressistas, que começa por ter expressão, em Julho de 1857, no conselho de *O Português*, jornal histórico, de que se preencham as duas pastas ministeriais vagas com os regeneradores Joaquim António de Aguiar e Morais Carvalho (em vez deles serão nomeados outros políticos, um progressista e outro cartista) e que encontra eco em *A Revolução de Setembro*, o principal diário regenerador lisboeta, onde Rodrigues Sampaio, em Janeiro de 1858, apela para a coligação de todos os partidos em torno dum programa de melhoramentos. No Porto, há uma reorganização reunificadora do Partido Progressista. Em Lisboa, J. A. de Aguiar, chefe do Partido Regenerador, é encarregado de formar novo ministério, mas não o quer fazer em coligação com os históricos, o que leva D. Pedro V a «ressuscitar» o antigo governo.

Entretanto, em Agosto de 1857, fundara-se em Lisboa, o jornal *Rei e Ordem*, sob a influência de José Bernardo da Silva Cabral, ao qual se oporá, a partir de Abril do ano seguinte, *O Parlamento*, representante duma facção cartista rival daquela e chefiada por António Bernardo da Costa Cabral, então conde de Tomar (irmão do referido José Bernardo).

O entendimento entre históricos e cartistas prosseguia, traduzindo-se ainda em coligação eleitoral, sob os auspícios governamentais, em Setembro de 1857. Mas os cartistas dividem-se em duas facções, como acabámos de referir, e nas eleições para deputados, em 1858, motivadas pela dissolução da Câmara, entram em coligação com os regeneradores e também com os legitimistas. No seu manifesto, o «centro eleitoral cartista» (facção chefiada pelo marquês de Fronteira e pelo conde de Tomar) sublinha, em harmonia com os regeneradores, a necessidade dos melhoramentos materiais e morais (incluindo a instrução popular), daquilo enfim a que chama «progresso com ordem».

Os dois campos progressistas não estavam ainda completamente extremados, em princípios de 1859. Assim, nas eleições que então se realizam para a Câmara Municipal de Lisboa, o governo Loulé-Ávila apoia os candidatos propostos pelos regeneradores, num dos bairros da cidade. E quando, em Março desse ano, pareceres desfavoráveis das comissões de Fazenda e Obras Públicas da Câmara dos Deputados (acerca dum novo contrato para a construção do caminho de ferro do Norte) provocam a queda do ministério e o duque da Terceira é chamado a formar novo governo, *A Revolução de Setembro*, pela pena de Rodrigues Sampaio, apela para que se forme um ministério de coligação de todos os partidos liberais, ao passo que *O Português* se declara favorável a um governo de fusão das duas correntes «progressistas» (na realidade ambas já muito infiltradas de liberais conservadores, de antigos cartistas).

O novo governo, de coligação cartista-regeneradora, aprova uma lei eleitoral estabelecendo círculos mais restritos, uninominais, o que levará um destacado dirigente regenerador a dizer, em 1861, que «pelo sistema que hoje vigora [...] não é fácil nem aos governos nem aos partidos impor candidatos e portanto não é fácil discriminar a cor política de muitos deputados» e que, conseqüentemente, «as influências dos círculos, os princípios de campanário são os que dirigem, dominam e promovem as candidaturas» — ou seja, a influência do governo e da organização partidária decresceu em favor, pelo menos parcialmente, do caciquismo regional.

Nas eleições legislativas de Janeiro de 1860, surge ainda um «centro eleitoral cartista» (chefiado pelo marquês da Fronteira e onde era influente o conde de Tomar), coligado com os candidatos «progressistas governamentais» (regeneradores) contra os «progressistas da oposição» (históricos). Os jornais cartistas *Parlamento* (lisboeta) e *Porto e Carta* mantêm o seu apoio ao ministério formado em Maio desse ano, após a morte de Terceira; presidido por Aguiar (chefe dos regeneradores) o novo e breve governo continua a coligação entre os mesmos dois partidos. Os cartistas dissidentes, representados pelo jornal *Rei e Ordem*, apelam então (entre a morte de Terceira e a formação do novo ministério) para a organização, por todo o País, do «partido da fusão liberal e da reforma», sob a chefia de José Cabral. Na prática o que acontecerá virá a ser a absorção deste grupo cartista pelos históricos, após a subida destes últimos ao poder, em Julho de 1860. Com efeito, embora o novo ministério se intitule de partido e não de coligação, concilia «progressistas históricos» e «cartistas históricos» (Ávila e Carlos Bento voltam a ter nele posições de relevo) e, muito sintomaticamente, o periódico *Rei e Ordem* deixa de se publicar logo após esta mudança governamental, vindo o seu mentor a ser elevado ao pariato, três anos mais tarde, em recompensa dos serviços prestados aos históricos (receberá mesmo o título de conde de Cabral).

A coligação entre regeneradores e cartistas persistirá ao longo do período de vigência deste segundo ministério Loulé, materializando-se nas eleições gerais de 1861 (motivadas por nova dissolução da Câmara dos Deputados concedida ao governo histórico por D. Pedro V), nas parciais de 1862 e nas gerais de 1864; nestes três casos, aliás, tal coligação oposicionista estendeu-se ainda aos miguelistas. Estes eram, de resto, também solicitados pelos históricos. De facto, não repugnava a nenhum dos dois grupos que se intitulavam progressistas engrossar as suas fileiras não só com antigos cartistas mas mesmo com ex-legitimistas, o que os ia tornando mais «moderados» e deixando à margem, por outro lado, os elementos que persistiam no radicalismo.

A proximidade de posições políticas entre históricos e regeneradores e o relativo equilíbrio que, entre as forças de uns e outros, ficou patente nos resultados das eleições de 1864 levaram à divulgação dum projecto de aliança entre os dois partidos, aprovado tanto por Loulé como por Aguiar, mas ao qual se opôs um sector dos históricos, apoiado nomeadamente na imprensa lisboeta por *O Português*. Este sector será chamado, em Abril de 1865, a formar governo, que se organiza sob a chefia de Sá da Bandeira e no qual estão novamente presentes Ávila e Carlos Bento (que tinham sido substituídos por personalidades de tradições progressistas, em Fevereiro de 1862, no início do reinado de D. Luís). Novas eleições gerais para deputados, em Julho de 1865, após dissolução da Câmara, resultam, em Lisboa, numa vitória dos candidatos da «comissão eleitoral progressista da oposição» sobre os do «centro progressista histórico»; na província, os candidatos da «fusão» entre regeneradores e históricos têm mais êxito do que os «governamentais» e os «realistas». E assim se forma o chamado «ministério da fusão», em que predominam os regeneradores (com Aguiar e Fontes), no qual há só um histórico declarado (o general conde de Torres Novas) e onde estão presentes elementos liberais sem clara definição partidária.

Creio poder concluir-se, em face do exposto, que o período 1851-1865 não corresponde verdadeiramente a uma primeira fase de rotativismo parlamentar no nosso País. Com efeito, os partidos políticos de então não são grandes grupos de opinião com um programa bem definido e amplo substracto popular — nem o podiam ser, devido ao atraso económico-sócio-cultural português face a países como os do norte da Europa ou, por outras palavras, em virtude da fase ainda incipiente do capitalismo no Portugal de então. Os agrupamentos partidários referidos são apenas grupos de elites burgueso-aristocráticas, com fraca organização, uma caracterização ideológica e programática imprecisa, praticando um caciquismo eleitoral sistemático e onde uma parte dos membros, incluindo alguns dos mais influentes, muda de campo ao sabor das circunstâncias conjunturais. Além disso, como vimos, os Partidos Regenerador e Histórico, derivados essencialmente da cisão do antigo Partido Progressista, vão engrossando gradualmente as suas fileiras com numerosos transfugas do Partido Cartista (que acaba assim por se dissolver, mas só já nos anos 60) e alguns ainda do Partido Legitimista. Pretendendo-se ambos progressistas, aqueles dois partidos não constituem campos extremados em absoluto, tentando aproximações e mesmo reunificações; tal projecto de reconciliação, várias vezes enunciado por uns e outros, acaba por triunfar, em 1865, sob uma forma alargada a toda a «família liberal».